

Redes de Suporte Formal ao Sem-Abrigo na Cidade de Coimbra¹

Teresa Simões Gomes, Sónia Guadalupe

Desde a Idade Média até ao início do Século XX, os sem-abrigo foram associados a condições sociais com conotações negativas associadas à indigência, vagabundagem ou mendicidade, subsistindo práticas hostis e opressivas ao longo da história.

Atualmente, a escassez de estudos nesta área um pouco por toda a Europa, parece apontar para a falta de entendimento ou interesse sobre o fenómeno que persiste, o que poderá ter comprometido o desenvolvimento de políticas sociais eficazes no combate a esta problemática que atinge todos os países desenvolvidos e se concentra nas principais cidades da União Europeia (Spinnewijn 2005).

Em Portugal, tem vindo a assistir-se ao aumento do número de organizações que intervêm diretamente com sem-abrigo, tendo os primeiros equipamentos e projetos específicos nesta área surgido a partir da década de 1990 (Bento e Barreto 2002). No sentido de compreender melhor a problemática e ‘conhecer para melhor intervir’, as instituições têm procurado caracterizar os seus utentes.

Se, por um lado, alguns dos estudos realizados neste âmbito, permitem identificar uma evolução das características dos sem-abrigo assim como da própria perceção social do fenómeno (ISS 2005), por outro, os estudos que se têm desenvolvido a nível europeu, tendem frequen-

¹ Este artigo é baseado na dissertação de 2º Ciclo em Serviço Social (ISMT), defendida a 1 de julho de 2009.

temente para uma ‘perspetiva descritiva e estática’ da problemática. As pesquisas realizadas assentam ora numa explicação das características e comportamentos individuais, ora na procura de causas estruturais da sociedade que contribuem para a persistência do fenómeno (idem). Considerando a condição de sem-abrigo como um processo complexo que desencadeia uma série de fatores, assiste-se à necessidade de introduzir uma abordagem que permita analisar a problemática enquanto ‘processo social, que entrecruza um sistema complexo de interações a três níveis de causalidade diferenciados: estruturas sociais, redes familiares e fragilidade pessoal’ (Avramov 1998, citado em ISS 2005).

Se recordarmos a tipologia adotada pela Federação Europeia de Organizações a Trabalhar com Sem-Abrigo (FEANTSA), denominada por *ETHOS, Tipologia Europeia sobre Sem-Abrigo e Exclusão Habitacional*, subentendemos que a condição de sem-abrigo está associada a inúmeros fatores relacionados com diferentes tipos de exclusão social e pobreza. Esta tipologia enquadra a população sem-abrigo em quatro situações possíveis, tendo como base o fator habitacional: a pessoa que vive em espaços públicos, caracterizada como a situação de *sem-abrigo*; a pessoa que vive em habitações temporárias, podendo aqui enquadrar-se os que vivem em centros de acolhimento temporário, considerada uma situação de *sem-casa*; a pessoa que vive em situação vulnerável, tal como a ameaça de despejo, incapacidade de arrendamento, situações de violência doméstica, entre outras circunstâncias de situação de *habitação precária ou insegura*; e ainda a pessoa que vive em habitações impróprias, com estruturas temporárias como as casas abandonadas, sendo esta considerada pela tipologia uma situação de *habitação inadequada*.

Embora não exista uma definição consensual de sem-abrigo, existem alguns estereótipos sociais comumente associados a esta população que nos fazem pensar que são na sua maioria homens adultos com baixos níveis de escolaridade, solteiros ou divorciados e que podem apresentar sintomas de dependência de alguma substância ou problemas de saúde mental. Não associamos geralmente esta situação às mulheres, no entanto assiste-se também ao aumento do número de mulheres sem-abrigo, sendo esta uma temática ainda pouco explorada. Também as alterações económicas e sociais dos nossos tempos caracterizam um novo perfil do sem-abrigo, marcado pelo desemprego e pela precariedade laboral (ISS 2005).

A dimensão etiológica do fenómeno é tão complexa como a sua expressão. Costa (2007) considera que os fatores de risco que mais frequentemente levam à condição de sem-abrigo se situam nas áreas da

saúde, desemprego, problemas familiares e relacionais. Esta é uma problemática multidimensional que pode afetar não só os indivíduos mais vulneráveis às situações de risco, como também aqueles que se encontram numa situação social e económica estável que, num certo período das suas vidas, se destabiliza radicalmente.

A condição de sem-abrigo pode ser entendida como um processo em que o indivíduo passa pela situação de *estar* sem-abrigo para eventualmente e de forma gradual *ser* sem-abrigo (Pereira, Barreto e Fernandes 2000), sendo que o período de permanência na rua multiplica o decurso da estigmatização e da exclusão (Rosa 2005). O fator tempo vai, pois, ao encontro dos dois perfis de 'sem-teto' descritos no Estudo dos Sem-Abrigo de 2005 (ISS 2005): os novos sem-abrigo e os sem-abrigo crónicos. Os primeiros são marcados por múltiplas perdas (profissionais, familiares, individuais) ainda recentes que os levou à rua 'temporariamente'. Podemos considerar que estes indivíduos vivem a situação de *estar* sem-abrigo e 'necessitam de um mecanismo de mediação que lhes permita reconstruir o seu projeto de vida' (ISS 2005: 15) numa ótica preventiva que evite o arrastar da situação.

Ao contrário, os sem-abrigo ditos crónicos vivem na situação de rua por anos e apresentam-se 'despojados de regras e sonhos, onde a doença (física e mental) e a degradação física imperam' (ISS 2005: 15), de modo que manifestam uma grande debilidade a vários níveis, estabelecendo consigo mesmos um mundo muito próprio, onde misturam sentimentos de conformismo e inconformismo face à sua condição. Estes indivíduos pautados pela experiência de rua vão construindo uma nova identidade e encontram-se na condição de *ser* sem-abrigo.

Alguns dados revelam que os altos níveis de prevalência de doenças mentais e de abuso de álcool e drogas, nesta população, podem constituir-se condicionantes às possibilidades de (re)inserção nas sociedades, independentemente de serem causa ou consequência da condição atual de sem-abrigo. Contudo, tal não pode ser tido como linear, já que nem todos apresentam as mesmas características de dependências ou doença mental, não sendo totalmente correto generalizar o perfil dos sem-abrigo desta forma.

Se a compreensão do sistema de relações complexas presentes neste problema social, também a intervenção com uma população tão heterogénea e flutuante, como são os sem-abrigo, coloca desafios permanentes aos técnicos, obrigando a (re)pensar estratégias de intervenção e políticas sociais.

Reconhecendo estes indivíduos como destituídos de um espaço

e das suas referências familiares e/ou dos laços com a comunidade, as instituições e organizações de suporte formal assumem um papel preponderante na vida destas pessoas. As instituições visando não só, assegurar os mecanismos básicos essenciais para sua sobrevivência, almejam sobretudo proporcionar os meios necessários para a futura reintegração social destes indivíduos e dotá-los de competências, numa perspetiva de *empowerment*.

Contudo, geralmente a recaída ou permanência na situação de rua, a par com a desistência de um novo projeto de vida, por parte dos indivíduos torna-se num caminho muito frequente. Este facto, leva a que na maior parte das situações, os indivíduos mantenham uma relação instável e irregular com as instituições e serviços que os apoiam e 'levanta um problema real de adequação de serviços a esta população' (Bento e Barreto 2002:110), na medida em que tendem a criar-se situações paradoxais a nível da intervenção. Involuntariamente, as instituições podem contribuir para o cristalizar situações de abandono face a um projeto de vida ou mesmo contribuir para situações de dependência face às mesmas. O que pode acontecer é que os indivíduos procuram os serviços ou, no caso das equipas de rua, os serviços procuram os indivíduos, não no sentido de diligenciarem uma reinserção social, mas apenas para garantir a sua subsistência e sobrevivência (Bento & Barreto, 2002).

Tendo em conta o perfil do sem-abrigo, bem como as quatro fases do processo de intervenção, assumimos que existem situações-problema que dificilmente possam ir além das duas primeiras fases. Nestas situações, os indivíduos já não reúnem as condições psicológicas ou as competências pessoais e sociais que lhes permita (re)integrar a sociedade no seu sentido mais normativo (Batista, 2007). Tal compromete o indivíduo para a sua posição ativa no processo de intervenção e implica repensar as medidas adequadas à singularidade da situação de cada um.

Salientando, o estudo de Sousa e Almeida (2001), o qual focava as necessidades dos sem-abrigo em termos de serviços prestados, uma das soluções que previna situações de irregularidade pode passar na 'preferência em termos de um alojamento em detrimento dos temporários', ou, no 'fomentar o nível de privacidade nos centros de acolhimento' (Sousa e Almeida 2001: 310). De facto, interessa não centrar a 'intervenção numa lógica clientelar que tantas vezes sobressai na relação com esta população e que restringe o papel do sem-abrigo ao de mero utente em lugar de participante ativo em todo o processo' (ISS 2005: 133). Não obstante, integrar os princípios de autonomização e capacitação do indivíduo (ou de coletivos, quando existem) é um processo moroso e complexo que desafia os próprios interventores.

É desta forma que, referindo Bento e Barreto (2002: 112), ‘a inserção social e/ou profissional dos sem-abrigo não é um estado mas antes um processo, que envolve várias etapas e mudanças relacionais’, sublinhando que a intervenção com esta população é complexa e exige o envolvimento de diferentes atores sociais.

Torna-se importante referir que o fenómeno dos sem-abrigo muito recentemente foi alvo de atenção redobrada. Concretamente, em março 2008 a definição da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo (ENIPSA) para 2009-2015 que ‘decorre da necessidade de consensualizar um tipo de resposta que potencie os recursos existentes, públicos e privados, evitando a sobreposição dos esforços e possíveis efeitos perversos, nomeadamente da manutenção e persistência do fenómeno’ (ENIPSA 2009: 6), traz novo alento à intervenção com esta população. Neste sentido, a proposta na articulação e coordenação de diferentes entidades ‘cuja operacionalização deve ser implementada a nível local, no âmbito das redes sociais (Conselhos Locais de Ação Social) com base em planos específicos e de adequação às necessidades locais’ foca uma nova forma de atuação por parte das entidades centrada numa intervenção integrada que assenta em princípios como: prevenção, intervenção e acompanhamento (ENIPSA 2009).

Contudo, já em 2005, o Instituto de Segurança Social (ISS) fez notar que o crescente número de sem-abrigo em Portugal tem suscitado o ‘desenvolvimento de alguns Planos Municipais, com uma preocupação de integração da intervenção das diferentes instituições’ (ISS 2005), assumindo-se aqui os parâmetros de uma intervenção integrada. Focando a realidade de Coimbra, em 2004 é criado o Projeto de Intervenção com Sem-Abrigo do Conselho de Coimbra (PISACC). Este projeto teve a sua génese quando o Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra (CDSSC) ‘iniciou um trabalho específico com a referida população em parceria com as instituições locais, as quais direta ou indiretamente atuam com este grupo-alvo’ (PISACC 2008) face às elevadas situações de emergência social e ao número significativo de sem-abrigo que vinha a observar-se.

Este projeto consolida a sua ação com base num modelo de intervenção interinstitucional, tendo como referências o modelo de intervenção ecológico, o qual coloca o indivíduo no centro do processo. De facto, estamos perante um projeto que tem como princípios o trabalho em rede das instituições, que implica uma forma de abordagem que consolida ‘as diferentes formas de organização do trabalho intra e interinstitucional levado a cabo entre os profissionais’ (Guadalupe, 2009), tendo como finalidade principal amplificar as potencialidades de intervenção das entidades envolvidas.

Assumimos, pois, que o conhecimento da existência de um projeto pioneiro que consolida a sua ação com base num modelo de intervenção interinstitucional, suscitou o interesse em compreender que tipo de trabalho em rede é desenvolvido pelas instituições que apoiam os sem-abrigo na cidade de Coimbra. A escolha do tema ‘as redes do sem-abrigo e para o sem-abrigo’ incitou à reflexão do conceito rede social que nos últimos anos confere às novas metodologias de abordagem uma intervenção social baseada na partilha de responsabilidade e de ação entre as organizações e sociedade civil (Sousa, Hespanha, Rodrigues e Grilo 2007: 96).

No âmbito do Serviço Social, esta pesquisa procura dar a conhecer quais as potencialidades e constrangimentos da intervenção social nesta área, focando especificamente a articulação das necessidades dos sem-abrigo e as repostas de apoio social, contribuindo para uma área de pesquisa que a nosso ver carece de maior atenção e investimento.

Considerando que a pergunta de partida se constitui como base de todo o processo empírico, a investigação foi orientada para responder à seguinte questão: como está organizado o suporte institucional do sem-abrigo em Coimbra? Assim, foram definidos como objetivos: a caracterização e problematização das estratégias acionadas pelas redes secundárias do sem-abrigo e a caracterização da organização interinstitucional. No sentido de alcançar os objetivos, desenhou-se um estudo do tipo descritivo de caso para uma caracterização e análise das repostas e serviços dirigidos aos sem-abrigo na cidade de Coimbra. Operacionalizando, pretendemos caracterizar os equipamentos e recursos existentes, nomeadamente a nível das instituições que intervêm diretamente com esta população, no sentido de identificar estratégias e metodologias de intervenção bem como as inter-relações existentes entre as mesmas.

MATERIAL E MÉTODOS

Para a recolha de informação foram utilizados dois instrumentos: o Questionário de Caracterização Institucional do ‘Estudo dos Sem-Abrigo’, realizado pelo Instituto de Segurança Social (ISS, 2005), adaptado aos objetivos do presente estudo, permitindo a caracterização das Instituições; um Questionário de Rede que teve como objetivo a recolha de informação relativa às relações interinstitucionais, no sentido de analisar especificamente a estrutura e funcionamento da rede institucio-

nal da cidade de Coimbra. Para a construção do Questionário de Rede procedeu-se à adaptação do Eco-Mapa de Hartman e Laird (1983, citado em Guadalupe 2009), definido como ‘um instrumento de avaliação, planeamento e intervenção adaptado em qualquer contexto ou situação’ (idem), tendo permitido representar a interação entre os sistemas sociais baseado no modelo ecológico.

Integraram a amostra as 8 instituições de apoio social ao sem-abrigo de Coimbra, tendo em conta que as 7 primeiras fazem parte do Projeto de Intervenção com Sem-Abrigo do Conselho de Coimbra (PISACC), a saber:

- Centro Porta Amiga de Coimbra da Fundação Assistência Médica Internacional (AMI).
- AnaJovem, Associação Nacional de Apoio aos Jovens.
- Associação Integrar.
- Centro de Acolhimento O Farol e Centro Reduz da Cáritas Diocesana de Coimbra.
- Casa Abrigo Padre Américo (CAPA) da Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco.
- Associação de Cozinha Económicas Rainha Santa Isabel.
- Equipa Móvel de Intervenção aos sem-abrigo (EMIS) da Câmara Municipal de Coimbra.
- Centro de Apoio ao Sem-Abrigo de Coimbra (CASA).

Responderam aos questionários os Assistentes Sociais das Instituições, tendo sido a entrega e recolha dos mesmos feita diretamente no local durante o mês de maio de 2008.

Este estudo, integrado no Mestrado em Serviço Social (Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra, Portugal), foi complementado pela integração voluntária de uma das autoras do artigo numa equipa de rua durante o período compreendido entre abril a novembro de 2008, tendo daqui resultado um registo em diário de campo desta observação participante. Foi ainda possível participar nas reuniões de equipas de rua das instituições identificadas.

RESULTADOS

As Instituições de Apoio ao Sem-Abrigo em Coimbra

A instituição mais antiga surge em 1933 e a mais recente data março de 2008. Duas instituições surgem no início da década de 90 e as restantes aparecem entre o ano 2000 e 2008.

A maioria (75%) assume o estatuto jurídico de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), correspondendo a 6, sendo as restantes uma Organização Não Governamental (ONG) e a outra uma autarquia. Todas as instituições comportam fins de ação social (100%) e verifica-se que fins como habitação, cultura, saúde, educação, ambientais, recreativos e outros não são tidos como relevantes.

A análise das fontes de financiamento das instituições revela que 62,5%, ou seja, 5 entidades não têm receitas próprias e são asseguradas pelo financiamento da Segurança Social, sendo esta a principal fonte de financiamento. Uma instituição confirma o apoio financeiro associado a projetos específicos e 50% apontam outros apoios complementares, como a comparticipação de donativos de particulares ou entidades públicas, e o apoio financeiro prestado pelo Instituto da Droga e Toxicod dependência (IDT), referido por duas entidades.

O tipo de população atendida varia entre as entidades inquiridas, sendo que 62,5% não vocaciona a sua intervenção exclusivamente para população sem-abrigo. Destaca-se o atendimento a toxicod dependentes e indivíduos com problemas ligados ao álcool em 62,5% das instituições. O atendimento a outro tipo de população como prostitutas, imigrantes, minorias étnicas, idosos, ou, crianças e jovens em risco é referido por 37,5% das instituições. A maioria das instituições (75%) refere apoiar 'outras populações em situação de pobreza e/ou exclusão social', não especificando as características específicas dessas mesmas populações.

Em relação aos tipos de apoio, verifica-se que 62,5% das instituições proporciona refeições, apoio médico e apoio à higiene pessoal dos utentes. O apoio ao vestuário e o apoio psicossocial é prestado por 87,5% das instituições. Já o alojamento temporário, os programas ocupacionais, os programas de substituição de drogas e redução de riscos, a formação e inserção profissional são prestados apenas por 25% das instituições (2). Assinala-se a inexistência da modalidade de habitação assistida em nenhuma instituição. Já os encaminhamentos e as informações caracterizam a atuação de todas as instituições.

A existência de equipas de rua na maior parte das instituições, assume um papel primordial no contacto direto com os indivíduos no seu contexto, ou seja, a atuação das equipas desenvolve-se nos locais de pernoita de indivíduos sinalizados, nos bairros degradados e em zonas de tráfico e consumo de droga, e prostituição.

O acompanhamento nos giros de rua, permitiu-nos conhecer melhor a realidade nas ruas de Coimbra. O perfil dos sem-abrigo de Coimbra tem duas faces: por um lado a existência de sem-abrigo ditos *crónicos*,

que tendem a concentrar-se na zona da Universidade da cidade, conhecida como 'zona das Químicas'. Confirma-se desde há alguns anos que este é um local *clássico* de pernoita para estes sujeitos e muitos foram os que já passaram por ali e regressaram. O espaço está visivelmente bem organizado com os seus pertences, dando ideia que 'fazem parte da paisagem'. Por outro, a existência de *novos* sem-abrigo, que se caracterizam sobretudo por situações associadas ao consumo de drogas e prostituição. Estes pernoitam sobretudo em casas e fábricas abandonadas, situadas tanto em zonas periféricas ao centro da cidade como também no próprio centro da cidade.

A nível dos recursos humanos, entre as categorias profissionais que constituem as equipas institucionais, ressalta uma média de 2 Assistentes Sociais em 87,5% das instituições (7). As outras categorias profissionais encontradas como integrando as equipas das organizações estudadas não estão representadas em todas as instituições. Apenas 37,5% referiram a presença de psicólogos e animadores socioculturais e 25% das entidades referiu ter um psiquiatra e a colaboração de enfermeiros. A presença de outros profissionais, como: médico clínica geral, economista, advogados, sociólogos, professor destacado, monitores, motorista, encarregadas de refeitório e coordenador verifica-se em 62,5% das instituições, representando uma média de 3 elementos por entidade. Todas as instituições contam com auxiliares.

Em relação aos voluntários que colaboram com as equipas, o número médio é de 6 elementos em 87,5% de instituições, sendo que o tempo médio de permanência é inferior a 1 ano. Importa referir que o número mínimo de voluntários por instituição é de 1 elemento e o número máximo é de 25 elementos, salientando que uma das instituições inquiridas é composta exclusivamente por voluntários.

Em 87,5% das instituições existe formação aos elementos da equipa, sendo que uma não realiza qualquer tipo de formação aos elementos da equipa. Os temas abordados são determinados por cada entidade, designadamente: higiene alimentar, higiene e segurança no trabalho, primeiros socorros, doenças infetocontagiosas, formação de carácter geral sobre apoio psicossocial, assertividade, problemática e estratégias de intervenção.

Quanto ao número de sem-abrigo apoiados pelas instituições, apenas dispomos de dados de 5 instituições, não tendo estes sido indicados pelas 3 restantes, o que não permite apurar o número total de sujeitos sem-abrigo apoiados na cidade de Coimbra nos três últimos anos ou no mês anterior à inquirição (Tabela 1).

	Média	Desvio Padrão	Amplitude (min-max)	n	Não sabe/Não responde
SA apoiados em abril 2008	23	13,058	37 (7-41)	5	3
SA apoiados em 2007	86,80	57,421	(15-163)	5	3
SA apoiados em 2006	98,60	78,072	(18-224)	5	3
SA apoiados em 2005	99,20	71,079	(27-210)	5	3

Tabela 1: Sem-abrigo atendidos no mês anterior e nos três anos anteriores

Todas as instituições mantêm articulação com as estruturas da comunidade. Esse vínculo pode ter caráter formal ou informal. Considera-se que prevalecem articulações informais com as organizações de saúde e com as universidades (62,5%) e também com as estruturas de formação profissional e estruturas socioculturais (50%). As articulações formais que se destacam são estabelecidas com: as estruturas de Apoio Social (75%) e com a autarquia (50%). Já 25% das instituições confirmam manter uma articulação formal com outras entidades, designadamente com juntas de freguesia, restaurantes, pastelarias e padarias da cidade de Coimbra.

Sobre o Trabalho em Rede

As vantagens do trabalho em rede indicadas pelas instituições revelam uma confluência entre as respostas dadas. Todas consideram como vantagem a partilha de experiências e 87,5% consideram a facilidade em encontrar respostas e a criação de sinergias/complementaridade de intervenção. Já 75% referem como potencialidade do trabalho em rede uma perspetiva mais global das problemáticas e 62,5% das instituições apontam a identificação de respostas inovadoras.

No que diz respeito aos obstáculos do trabalho em rede, é referido por 62,5% das instituições o protecionismo ou ‘fechamento institucional’. Em 37,5% são apontados a procura de protagonismo e o não reconhecimento da importância deste tipo de trabalho. O excesso de burocracia, desinteresse e passividade, falta de recursos humanos, falta de capacidade de decisão dos representantes e as dificuldades de comunicação, são identificados por 25% das entidades.

Por outro lado, 75% dos técnicos que preencheram o questionário

identificaram lacunas na intervenção, apontando como falhas mais relevantes a existência de uma multiplicidade de respostas que se sobrepõem, nomeadamente a nível das equipas de rua. Por um lado, é referida a *insuficiência de respostas ativas de inserção adaptadas aos sem-abrigo*, assim como a *ausência de divisão de centros de acolhimento por estádios de evolução da população alvo*. Além disso, constata-se também que a falta de uma resposta imediata para situações de emergência é referida por 37,5% das entidades. A inexistência de legislação específica para esta população, assim como a falta de documentação dos sem-abrigo, que dificulta a entrada direta em determinados serviços, é considerado um constrangimento à intervenção. Como lacuna, é ainda referido por uma entidade o excesso de preocupações com os aspetos financeiros que impede a eficácia das intervenções.

A análise das relações interinstitucionais foi efetuada através do ecomapa. Neste instrumento cada instituição é identificada num círculo situado no centro e as outras instituições, com a qual a 'instituição central' se relaciona, são identificadas em círculos externos, apresentando-se várias opções de resposta em torno de cinco questões relacionadas com o tipo de relação estabelecida entre as instituições, com o modo eleito para os contactos efetuados, com a periodicidade dos contactos, com a existência de um plano estratégico conjunto de intervenção e com o tipo de projetos desenvolvidos entre as instituições. Para análise dos mapas de rede, as instituições foram identificadas pelas letras do alfabeto de A a H.

O mapa de rede base, diz-nos que todas as instituições articulam entre si, com a exceção de B e F que referem não apresentar qualquer tipo de articulação. É de referir que F apresenta a particularidade de ser uma instituição muito recente na cidade e que à data do processo de recolha de dados para a presente investigação esta instituição estava em processo de promulgação da sua atividade, verificando-se que não integrou o PISACC.

Relativamente ao tipo de relação interinstitucional estabelecida foram consideradas as seguintes opções de resposta: parceria formal, articulação sistemática (sem parceria) e articulação pontual. De forma geral, verificámos discrepância na maioria das respostas, sendo que o tipo de relação assumido por umas instituições relativamente às outras não é caracterizado da mesma forma por todas as instituições envolvidas na interação (Figura 1).

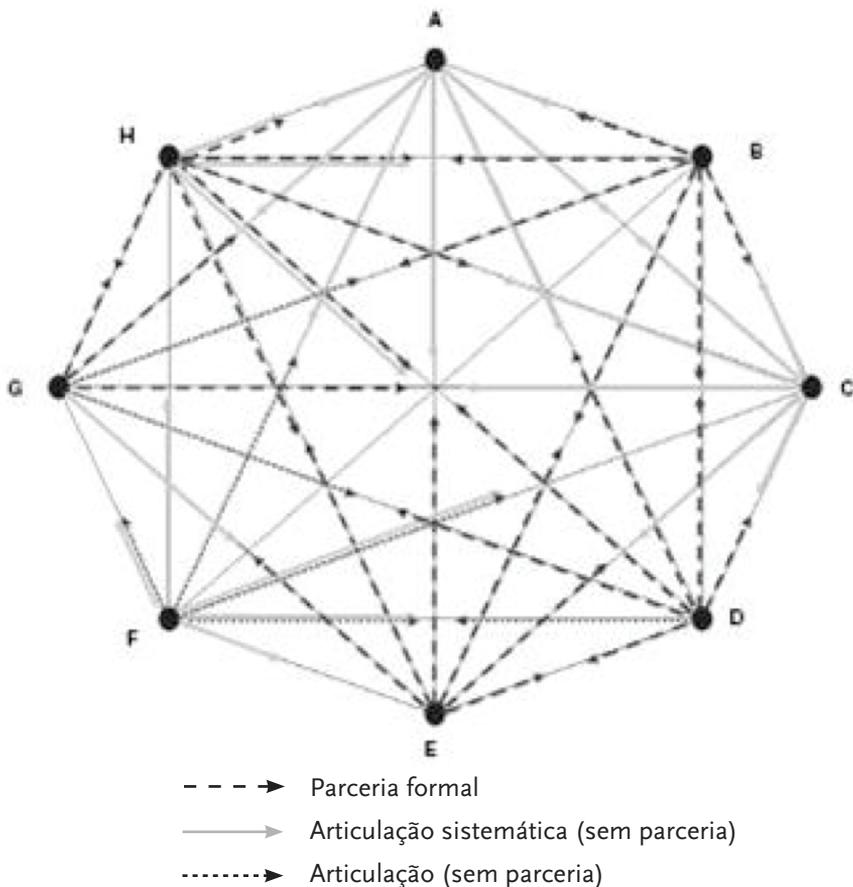


Figura 1. Tipo de relação estabelecida entre as instituições de apoio ao sem-abrigo em Coimbra

Os contactos existentes entre as instituições são na sua maioria contactos telefónicos, a troca de e-mails e o contacto em reuniões. Em relação à periodicidade dos contactos, de forma geral, são assumidos os contactos quinzenais e outro tipo de contactos: a instituição G assinala que atendendo ao facto de receber encaminhamentos das outras instituições, os contactos entre as outras instituições são efetuados sempre que necessário; C refere o contacto semanal com A, B e H, havendo apenas concordância com B.

As respostas à pergunta sobre a existência de um plano estratégico conjunto de intervenção são maioritariamente confluentes. As instituições que responderam afirmativamente, complementaram a informação apontando a existência do PISACC, como o plano estratégico conjunto de intervenção entre estas instituições, ainda que duas instituições te-

nham respondido que não existe um plano estratégico comum.

Relativamente ao tipo de projetos que são desenvolvidos entre as instituições (pontuais, a longo prazo, ou nenhuns), os projetos a longo prazo são referidos pela maioria das instituições (A, B, C, D, G e H). Destas cinco instituições, verifica-se ainda que A, C e H desenvolvem entre si projetos pontuais, sendo que entre elas há confluência nas respostas. G refere desenvolver projetos a longo prazo com A, C e H, verificando-se uma concordância entre as mesmas, já com as restantes, assume não desenvolver nenhum projeto. E e F referem não desenvolver projetos com nenhuma das outras instituições.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A complexidade na determinação do conceito de sem-abrigo esteve presente nas respostas obtidas junto das instituições quando identificavam a população-utente, na medida em que, diferentes tipos de população em situação-problema, como toxicodependentes, prostitutas, desempregados (referidos por uma entidade), imigrantes e sujeitos de minorias étnicas, são sinalizados primeiramente pelas entidades por outras problemáticas e não pela situação sem-abrigo. Tendo em conta que todas as instituições comportam fins de ação social, os sem-abrigo aparecem como uma das populações-utente, mas não exclusiva. Esta indefinição pode contribuir para a divisão do número de sem-abrigo detetados, em relação ao número efetivo de sem-abrigo que pernoita em espaço público ou em alojamento temporário.

Os números apresentados em março de 2008 no Relatório e Plano de Atividades de 2008 do Projeto de Intervenção com Sem-Abrigo do Conselho de Coimbra (PISACC) apontam para a existência de 177 indivíduos sem-abrigo associados a diferentes problemáticas. A toxicodependência aparece em primeiro lugar, sendo apontada como afetando 52,5% dos indivíduos em situação de sem-abrigo. Seguem-se as problemáticas do alcoolismo (20%), as perturbações psiquiátricas (12%), a prostituição (11%) e vítimas de violência doméstica (2%) (PISACC, 2008). Estas características parecem reforçar a ideia atrás mencionada que associamos à complexidade inerente ao conceito de sem-abrigo.

Se nos centramos em torno das características das instituições que apoiam os sem-abrigo em Coimbra, verificamos que, sendo na sua maioria Instituições Particulares de Solidariedade Social (75%), esta é uma característica que coincide inteiramente com o panorama nacional. Em 2005, 73,7% das instituições do país que davam resposta aos sem-

-abrigo configuravam esse estatuto e localizavam-se nos centros urbanos de Lisboa e Porto, onde a problemática é significativamente mais expressiva e onde existe um maior número de equipamentos sociais, seguidos de cidades como Coimbra, Faro, Setúbal, Braga e Aveiro (ISS 2005). Portanto, são consideradas IPSS 'as organizações não lucrativas que têm inerente o reconhecimento (através do registo) da sua utilidade pública em função dos objetivos que prosseguem, considerados pelo Estado fundamentais para prossecução dos superiores interesses da comunidade' (Luís 1997 citado em Ramos 2003).

O sistema público parece, assim, não organizar meios especificamente dirigidos a tais populações, optando por apoiar organizações do chamado terceiro setor, delegando nestas o domínio funcional, pois verificamos que a maioria das instituições é financiada pela Segurança Social, tal como refere o estudo nacional (ISS 2005).

De entre as respostas e equipamentos existentes, a instituição mais antiga é a Associação de Cozinhas Económicas Rainha Santa Isabel que se caracteriza sobretudo como um refeitório social. Além da distribuição de refeições (almoços e jantares) a um grande número de população vulnerável, entre eles os sem-abrigo, esta entidade tem como valências um Centro de Dia e Apoio Domiciliário destinados à população idosa mais carenciada. Deste modo, podemos inferir que esta instituição não intervém diretamente com a população sem-abrigo, focando-se na satisfação de necessidades básicas, neste caso as refeições, funcionando em articulação com as outras entidades.

Em 2004, a Câmara Municipal de Coimbra (CMC) cria a Equipa Móvel de Intervenção Social (EMIS). Este projeto surge no âmbito do Departamento de Ação Social da autarquia e tem como objetivos realizar 'giros de rua' semanais distribuindo géneros alimentares e oferecendo apoio social. Inicialmente este projeto era constituído por uma equipa de funcionários do Departamento de Ação Social da CMC, sendo atualmente constituída exclusivamente por voluntários que são escalados todas as semanas pela coordenação de equipa.

Entre as instituições que responderam ao questionário, encontramos o Centro de Acolhimento e Inserção Social (CAIS) como uma das valências da Associação Integrar e um Centro de Acolhimento (CAPA) para pessoas sem-abrigo e em situação de vulnerabilidade social (acolhe idosos, deficientes, mulheres e crianças vítimas de violência doméstica, toxicodependentes, entre outras situações).

As duas instituições que se vocacionam diretamente para a população toxicodependente são a AnaJovem e o Centro Reduz. A AnaJovem apoia no tratamento, reinserção e prevenção do consumo de drogas

e tem como valências a Comunidade Terapêutica Lua Nova e equipa de rua Raiz. O Centro Reduz, como valência da Cáritas Diocesana de Coimbra, constitui-se num gabinete de apoio e centro de dia dirigido a toxicodependentes e na atuação da equipa de rua Reduz. Porém, a recolha de informação permite-nos ter conhecimento que o Centro Reduz é frequentado por outro tipo de população que se encontra em situação de pobreza e/ou exclusão social.

O Centro Porta Amiga de Coimbra presta não só apoio social, psicológico e médico mas também a satisfação das necessidades básicas, tendo nas suas instalações um refeitório. Os utentes que o frequentam podem ser encaminhados de outras entidades.

A instituição mais recente (CASA) caracteriza-se pelo apoio às necessidades básicas e pelo apoio médico e jurídico, não só a sem-abrigo como também a outra população em situação de pobreza e exclusão social. É constituída apenas por voluntários e caracteriza-se pela realização de 'giros de rua' com a tónica na distribuição de géneros alimentares vegetarianos.

Colocamos agora o enfoque na proximidade verificada entre os locais de intervenção de algumas das entidades. Tendo em conta que Coimbra é uma cidade com cerca de 137 mil habitantes, constatamos que as instituições se encontram situadas, em termos espaciais, próximas umas das outras, sobretudo na zona da Baixa de Coimbra. Este facto pode tornar-se uma vantagem, ou, pelo contrário, revelar-se pouco vantajoso para os utentes que são acompanhados por estas instituições, no sentido em que pode mostrar a tendência para uma sectorização deste tipo de população durante o dia na mesma zona da cidade. É de salientar ainda que a localização não será alheia à concentração de sem-abrigo nas zonas centrais e comerciais da cidade. Sublinhamos aqui, que neste sentido todas as instituições devem 'funcionar como espaços de identidade e referência social transitórios' (LNEC, 2000:57) para os utentes e não espaços que incitem à acomodação e ao cristalizar das situações.

Face às estratégias determinadas pelo PISACC, a realidade institucional de Coimbra conta com um número significativo de equipas de rua, com a pretensão de se assegurar a realização de giros de rua todas as noites. Verifica-se adicionalmente que existem voluntários que, a título particular, fazem os mesmos percursos. Apontamos desde já, a enorme relevância do voluntariado nesta área de intervenção. A colaboração de voluntários, não só vem complementar o trabalho dos técnicos, como também asseguram as respostas existentes, já que verificamos a existência de equipas de rua constituídas maioritariamente por voluntários (nomeadamente a EMIS e CASA). Contudo, se o tempo de permanência

destes é reduzido, percebemos que tal se pode tornar num constrangimento para a intervenção. Neste sentido, o estabelecimento de relações dos voluntários com os sem-abrigo deve ser feito com alguma prudência, para não se constituir em mais uma ‘perda’ para estes indivíduos. Deste modo, pensamos que devem existir critérios exequíveis para a seleção de voluntários em todas as equipas, assim como um investimento na sua formação. Tal objetivo, no entanto, deve ser complementado com um compromisso de permanência a médio prazo do voluntário, para assim justificar-se o esforço das instituições na sua formação, o que nem sempre tem sido plausível.

As observações feitas ao longo dos ‘giros de rua’ com a EMIS permitiram perceber que o perfil do voluntário pode determinar o tipo de intervenção levado a cabo *in loco*. Se o indivíduo se identificar com o voluntário, entendendo qual a sua posição, a aproximação torna-se gradualmente empática. Pelo contrário, se os voluntários adotarem uma postura distante e pouco presente a atuação da equipa não irá mais além do que a distribuição de géneros alimentares. Tal, poderá contribuir para o arrastar de situações emergentes, visto que as necessidades básicas dos indivíduos estarão sempre asseguradas.

Sublinhamos a ideia de que o carácter assistencialista é comum às intervenções de rua nesta vertente direta, onde os objetivos imediatos passam pela distribuição alimentar e garantir condições mínimas à sobrevivência destes sujeitos. Tendo em conta que uma das características da prática assistencialista visa ‘o acesso a um bem através de uma benesse ou de uma doação’ (Sposati 1995 citado em Rodrigues 1999: 66), a distribuição de géneros alimentares é, muitas vezes, usada como pretexto para estabelecer o contacto inicial com o indivíduo naquele que é o seu meio. Como Bento e Barreto (2002), consideramos que a atuação *in loco* é crucial para o estabelecimento de relações de confiança com os sem-abrigo em que neste caso a atitude ativa dos técnicos deve adquirir algumas características informais evitando desenvolver relações ‘excessivamente instrumentais’ (Bento e Barreto 2002).

Percebemos que a atuação das outras três equipas (Equipa Reduz, EASD e Equipa Raiz) aposta igualmente nestas intervenções para aceder a outros níveis de intervenção social junto dos sem-abrigo. Estas equipas são constituídas por pessoal técnico (fundamentalmente psicólogos e assistentes sociais), mas também por voluntários e têm os meios para atuar não só na prevenção e redução dos danos (no caso da toxicod dependência e prostituição), como posteriormente procuram delinear estratégias para tirar os indivíduos da rua tendo como perspetiva primordial o encaminhamento para o atendimento nas respetivas instituições.

É importante sublinhar que a intervenção das equipas de rua é fundamental na sinalização e prevenção de situações de marginalização extrema, não descurando o fator *tempo* que é tido como crucial para o desencadear de um processo que se pode tornar irreversível (Rosa 2005).

Quanto aos recursos humanos, o número de elementos e de categorias profissionais que constituem as equipas dão-nos a entender que a ideia de equipa multidisciplinar não se encontra implementada em todas as entidades, sendo no entanto multiprofissionais.

O Serviço Social, apesar de ser a categoria profissional dominante é ainda uma profissão pouco representada nesta área, não só na cidade de Coimbra como a nível nacional, constatando-se o mesmo em relação à intervenção dos psicólogos.

Tanto os assistentes sociais como os psicólogos apresentam as competências exigidas à figura do gestor de caso. Entendendo que uma das estratégias assumidas pelo PISACC (2008) consolida a figura do gestor de caso como fulcral, não só na identificação e no acompanhamento mais personalizado das situações, mas também como figura de mediação/articulação com as outras instituições, configura-se que estes profissionais podem assegurar o processo individual do utente, na medida em que vincula a situação-problema a determinado técnico/instituição e assim evitar a sobreposição de intervenções com a mesma pessoa (PISACC 2008: 8). Ora, se constatamos a escassez de profissionais que possam assumir a figura de gestor de caso, a tendência atual pode levar a que seja acumulado um excesso de casos num mesmo profissional.

Em relação aos tipos de apoio e à atividade desenvolvida com os sem-abrigo, podemos definimos duas categorias: o apoio de caráter urgente/emergente que se caracteriza pelo apoio às necessidades básicas e o apoio à reintegração/inserção social dos indivíduos.

A determinação destas duas categorias vai ao encontro das quatro etapas correspondentes ao processo de intervenção com os sem-abrigo: adesão, satisfação das necessidades básicas, transição e integração implícitas no tipo de intervenção de 1ª, 2ª e 3ª linha. Da mesma forma, assumimos que o perfil dos sem-abrigo engloba não só a necessidade de respostas temporárias e transitórias, como também a necessidade de respostas que invistam em 'cuidados continuados e de um investimento a longo prazo' (Bento e Barreto 2002).

O apoio de caráter emergente/urgente adquire os contornos do tipo de intervenção de primeira linha, que corresponde às duas primeiras etapas do processo de intervenção com esta população (Bento e Barreto 2002), subjacentes à atuação das equipas de rua. Os apoios característicos ao tipo de intervenção de primeira linha desenvolvem-se, assim,

na maioria das instituições de Coimbra, ou seja, 62,5% das instituições assegura as refeições, a higiene e o apoio médico e 87,5% das mesmas o apoio ao vestuário. De facto, entendemos que a evidência para as respostas emergentes/urgentes nesta cidade vem confirmar a tendência nacional no destaque a este tipo de apoio que tende a assumir contornos de carácter assistencialista (ISS 2005:17).

De contrário, os apoios que consideramos pertencerem à categoria da reintegração/inserção do indivíduo na sociedade, tais como o alojamento temporário, a habitação assistida, os programas ocupacionais, formação e inserção profissional, encontram menor expressão nas instituições desta cidade. Assim, as intervenções de segunda e terceira linha, correspondentes à terceira e quarta fase do processo de intervenção encontram-se comprometidos nas instituições estudadas.

No entanto, verificamos que o apoio psicossocial é desenvolvido por 87,5% das instituições, refletindo a tendência nacional (ISS 2005). No entanto, não foi possível clarificar com exatidão se ‘estamos perante um tipo de apoio mais de ordem social e de satisfação das necessidades básicas, ou se consiste numa intervenção estruturada que implica a participação ativa do indivíduo’ (ISS 2005: 132). De um ponto de vista mais abrangente esclarecemos que o apoio psicossocial pode englobar aspetos que se prendem com a ‘ação social, como regularização da identidade ou atualização de documentação, requerimento de subsídios e prestações social, encaminhamentos para cuidados de saúde, articulação com a rede familiar entre outros’ (idem: 132).

Pensamos que todos os tipos de apoio devem abranger uma perspetiva preventiva de situações de marginalização extrema e apostar na sinalização atempada de situações vulneráveis. As instituições devem procurar compreender que as ‘recaídas na rua’ ou a resistência de muitos face à mudança de vida quando encontrada uma alternativa, poderão estar relacionadas não só com a dificuldade de adesão às regras institucionais mas também com a falta de autoestima, com a fragilidade e com toda a complexidade inerente à situação em que estes indivíduos se encontram. Todos estes fatores podem conduzir ao estabelecimento de relações irregulares dos indivíduos com as instituições, declarando que estes não se adaptam às regras/normas institucionais. Bento e Barreto (2002) consideram, por exemplo, que ‘a entrada para um alojamento é um passo complexo’, ou a adesão a uma ocupação ou trabalho ‘marca uma nova relação destes indivíduos com o tempo’, na medida em que o voltar a ser um ‘ser social’, no seu sentido convencional implica reestruturar algo há muito condicionado. Deste modo, a particularidade de cada caso deve conferir às instituições um papel decisivo na elaboração

de um diagnóstico concreto, atendendo sempre à situação e percurso da pessoa em causa, como o tempo de permanência na rua, no sentido em que se possam acionar medidas interventivas adequadas ao perfil do indivíduo (Batista 2007).

Tendo em conta o tipo de população maioritariamente atendida pelas instituições, reconhecemos a necessidade urgente de apostar na diversificação de respostas mais especializadas. Salienta-se a escassez de programas ocupacionais em 75% das instituições, bem como a necessidade de consolidar uma articulação formal e consistente com as estruturas de formação e inserção profissional.

Quando nos centramos nas relações interinstitucionais, percebemos que o envolvimento das instituições com as estruturas da comunidade é parcial. Ao detetarmos que 62,5% de instituições articula informalmente com as organizações de saúde, não podemos afirmar que essa articulação seja consistente, na medida em que sendo informal não reúne carácter oficial nem indica um compromisso permanente. Este facto vem confirmar que tal como no resto do país, existe em Coimbra a necessidade de envolver os profissionais de saúde em estratégias de cooperação que visem uma partilha de informação consolidada relativamente aos diferentes grupos de sem-abrigo (ISS 2005).

Face às vantagens que consideram ser para trabalho em rede, facilmente percebemos que há acordo nas respostas e que a complementaridade do trabalho em rede poderá facilitar e potenciar o trabalho de cada instituição.

Em relação aos obstáculos considerados, detetamos uma divisão nas respostas obtidas. Contudo, o 'protecionismo ou o fechamento institucional' é percecionado por 62,5% das entidades. Já o 'não reconhecimento da importância deste tipo de trabalho' e a 'procura de protagonismo' foram expressos como obstáculos por 37,5% das instituições. Tais características podem configurar entraves e fragilidades na relação interinstitucional.

A discrepância na forma como as instituições entendem o tipo de articulação entre si é também notória nos resultados. Tendo em conta que estas instituições fazem parte do PISACC, a divergência de respostas leva-nos a pensar que não existe um consenso oficial do tipo de relação que mantêm, deixando-nos sem perceber de forma clara e inequívoca em que bases assentam os princípios deste projeto. Já divergência das respostas face à questão relativa à existência de um plano conjunto leva-nos a especular que pode não ter havido total compreensão da pergunta, visto que a maioria das respostas confluentes complementou a informação referindo o PISACC como um plano conjunto entre as mesmas.

Ou faz-nos pensar que as respostas negativas podem não considerar a existência do PISACC como um plano conjunto de intervenção.

O tipo de contactos existentes e a periodicidade dos mesmos vai ao encontro de uma das estratégias-chave do PISACC: a realização quinzenal da 'Reunião de Conselho Técnico'. Estas reuniões propõem a partilha de situações entre os técnicos das diferentes instituições, como avaliar o impacto da intervenção direta, analisar as situações individualizadas e também avaliar as condições de transição para as diferentes respostas.

As lacunas apresentadas pelas instituições como, a insuficiência de respostas ativas de inserção adaptadas aos sem-abrigo, ou, a ausência de divisão de centros de acolhimento que tenham em conta a heterogeneidade deste tipo de população relacionam-se com resultados dos tipos de apoio encontrados. O mesmo apontamos em relação à falta de uma resposta imediata para situações de emergência. Tal implica que a articulação interinstitucional deverá reconceptualizar a sua filosofia de articulação procurando colmatar tais falhas que tenham em conta o equilíbrio entre as respostas e equipamentos de carácter urgente (apoio às necessidades básicas) e as respostas mais ativas de apoio à inserção social dos indivíduos.

CONCLUSÕES

A realidade institucional de apoio ao sem-abrigo de Coimbra espelha, de forma genérica, a realidade das restantes cidades do país onde este fenómeno é estudado.

O aumento do número de instituições verificado nas últimas duas décadas não trouxe consigo uma especialização das respostas de carácter de inserção e reintegração dos indivíduos. Pelo contrário, a evidência de respostas de primeira linha pode incentivar os indivíduos à acomodação da sua situação, visto que a nível de satisfação das necessidades básicas existe um suporte organizado e efetivo. A oportunidade de participar como voluntária numa equipa de rua vem confirmar esta perspetiva, visto que muitos indivíduos aparentam não se incomodar com a situação de viver na rua, ou melhor, mostram estar acomodados, tendo as necessidades básicas que lhes permitem sobreviver sempre asseguradas.

Concluímos também que as fragilidades analisadas nas relações interinstitucionais podem estar relacionadas com a escassez de respostas de inserção/reintegração social. Se a maioria das instituições apresenta o mesmo tipo de apoio, pode levar a uma dificuldade na definição de

prioridades de intervenção. Desta forma, impera que a realidade institucional de Coimbra implemente recursos necessários para dinamizar concertadamente respostas mais eficazes. Entendemos, assim, que existe um trabalho que tem de ser feito, sendo que esta cidade reúne os meios institucionais mas não reúne e não potencia todos os recursos necessários.

Apresentamos, assim, um conjunto de propostas concretas, fruto de uma reflexão assente nos resultados obtidos, a saber:

- 1) Reorganizar o modelo de intervenção ecológico, através de uma coordenação efetiva de funções diferentes e articuladas para as diferentes instituições e profissionais, no sentido de colmatar a tendência de homogeneizar uma população com problemáticas distintas nos mesmos locais de acolhimento.
- 2) Reforçar as respostas de acolhimento noturno e criar residências apoiadas.
- 3) Apostar na sinalização atempada de situações de risco.
- 4) Apostar na formação contínua de técnicos e voluntários.
- 5) Recrutar mais profissionais para uma consolidação consistente das equipas institucionais.
- 6) Promover uma intervenção assente nos princípios da capacitação, *empowerment* e na autonomização do indivíduo. Desta forma, propomos insistir em dar a palavra aos sem-abrigo, valorizando a participação ativa das decisões que são tomadas para eles individual e coletivamente.
- 7) Consolidar, formalizar e reorganizar a articulação com as estruturas da Comunidade, nomeadamente através da coordenação com estruturas que possam colmatar as necessidades sentidas nas equipas de rua.
- 8) Consolidar, formalizar e reorganizar as articulações com unidades de saúde (Centros de Saúde e Hospitais), sobretudo a nível da saúde mental.
- 9) Reforçamos a ideia de que o PISACC deve continuar a insistir na reestruturação de estratégias cooperativas entre as entidades envolvidas e a comunidade, nomeadamente com a PSP, Bombeiros Voluntários, comércio da cidade (supermercados, cafés e restaurantes), estruturas socioculturais e com a comunidade em geral.

Por último, sublinhamos uma vez mais a escassez de políticas sociais a nível nacional que abranjam a especificidade da problemática, que se articula intimamente com um conjunto de problemas sociais complexos

e persistentes, o que pode ser colmatado através da implementação das medidas previstas na Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo definida para vigorar entre os anos de 2009 e 2015.

Concluir um trabalho com esta temática implica compreender a dimensão da problemática dos sem-abrigo. Quando alguém ‘ousa’ pertencer ao lugar mais íngreme, a que alguns chamam de *abismo social*, o confronto com a dignidade da pessoa humana entra em ação e evidencia os paradoxos da vida em sociedade. É por isso um problema social que pertence a todos, mas cabe aos profissionais a responsabilidade de enfrentar os múltiplos desafios que a intervenção coloca e exige.

REFERÊNCIAS

- Batista, I.
2007 ‘Médicos do Mundo: Portugal, na Pele de um Sem-Abrigo’ [entrevista]. *Boletim de Notícias* 20. pp.6-7.
- Bento, A.; Barreto, E.
2002 *Sem-Amor, Sem-Abrigo*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Costa, A.
2007 *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva Publicações.
- Costa, A. ; Batista, I.; Perista, P.; Carrilho, P.
2008 *Um Olhar sobre a Pobreza: Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Gradiva.
- Cruz, S.; Neves, M.; Quintans, R.; Quintans, A.; Bastos, V.
2006 *Vidas à Parte: Passado, Presente e Futuro*. Associação de Albergues Noturnos do Porto. Porto: Litousada.
- ENIPSA
2009 Estratégia Nacional para Integração de Pessoas Sem-Abrigo: Prevenção, Intervenção e Acompanhamento 2009-2015. ISS (Instituto da Segurança Social). URL: http://www1.seg-social.pt/tpl_intro_destaque.asp?23443.

- Guadalupe, S.
2009 *Intervenção em Rede: Serviço Social, Sistémica e Redes de Suporte Social*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- ISS (Instituto da Segurança Social)
2005 *Estudo sobre os Sem-Abrigo*. Lisboa: Grafilinha.
- LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil – Grupo Ecologia Social)
2000 *Análise Longitudinal dos Sem-abrigo em Lisboa: A Situação em 2000 – Relatório Final*. Lisboa: Ministério do Equipamento Social.
- Pereira, A.; Barreto, P.; Fernandes, G.
2000 *Análise Longitudinal dos Sem-Abrigo em Lisboa: A Situação em 2000*. Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Lisboa: Departamento de Ação Social da Câmara Municipal de Lisboa.
- PISACC (Projeto de Intervenção com Sem-Abrigo no Conselho de Coimbra)
2008 Relatório e Plano de Intervenção com os Sem-Abrigo no Concelho de Coimbra [não publicado] (março 2008).
- Rosa, C.
2005 *Vidas de Rua*. S. Paulo: Editora Huditec/Rede Rua.
- Sousa, F.; Almeida, S.
2001 'E se Perguntássemos aos Sem-Abrigo?!: Satisfação e Necessidades Percecionadas face aos Serviços num Abrigo de Lisboa'. *Análise Psicológica* 19 (2). pp.299-312.
- Sousa, L., Hespanha, P., Rodrigues, S. & Grilo, P.
2007 *Famílias Pobres: Desafios à Intervenção Social*. Coimbra: Climepsi Editores.
- Spinnewinj, F.
2005 'Sem-Abrigo: Apelo à União Europeia'. *Revista Rediteia* 36. pp.22-4.

Redes de Suporte Formal ao Sem-Abrigo na Cidade de Coimbra**Formal Support Networks of Homeless in Coimbra****Sumário****Summary**

O presente estudo aborda a problemática dos sem-abrigo, centrando-se na dinâmica institucional e intervenção social, a partir de um estudo descritivo das instituições de suporte social formal à população sem-abrigo na cidade de Coimbra. Os resultados vão de encontro à realidade nacional conhecida, destacando-se a escassez de respostas a nível da reintegração social do sem-abrigo, a sobreposição de respostas com carácter essencialmente assistencialista e uma desarticulação entre serviços e entidades envolvidas na intervenção social junto desta população. A cidade de Coimbra reúne os meios necessários para responder às exigências do desafio que a intervenção junto dos sem-abrigo coloca, devendo ser maximizados, e devendo potenciar-se a ainda pouco consistente articulação interinstitucional.

Palavras-chave: Sem-abrigo, Coimbra, intervenção social, redes de suporte social.

This study addresses the problem of homelessness in an institutional perspective, seeking to understand the social intervention process with homeless people in Coimbra. The results are similar to the known reality of the country, especially the lack of responses regarding the social integration of the homeless, and the overlap and disconnection of services with an essentially assistentialist character. The city of Coimbra gathers the means to achieve more effective purposes regarding the homeless, if the resources were maximized and enhanced the still weak interinstitutional coordination.

Keywords: Homeless, Coimbra, social intervention, social support networks.